

Juventude, Cidadania e Meio Ambiente: Desafios da Formação Profissional através da Reciclagem

Youth, Citizenship and Environment:
Challenges of the Professional Education through of Recycling

Daniela Viegas

Centro Universitário UNA

Mestranda em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local

Endereço: Rua Guajajaras 175 – 5º andar. Centro. 30180 100 – Belo Horizonte MG.

E-mail: danieladv@yahoo.com.br

Dayane Debian Amarante Lara

Universidade Federal de Minas Gerais

Pós-Graduada em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG,

E-mail: dayanelaralara@gmail.com

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Doutorado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas – SP

Endereço: R. Itaú, 525, Prédio Redentoristas - Dom Cabral. 30535-012 - Belo Horizonte, MG – Brasil. Telefone: (31) 33194947 Ramal: 31 Fax: (31) 33194615

E-mail: teodosio@pobox.com

Data de submissão: 01 Fev. 2008. **Data de aprovação:** 18 Abr. 2009. **Sistema de avaliação:** *Double blind review*. Centro Universitário UNA. Profª. Dra. Wanyr Romero Ferreira

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a formação cidadã no campo ambiental em uma experiência educação profissional de produção artesanal de papel a partir de material reciclável na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, cujo público alvo são jovens em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, discute-se, na fundamentação teórica do artigo, a temática da cidadania e seu entrelaçamento com a problemática ambiental na contemporaneidade, bem como a formação profissional em experiências de reciclagem. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, que recorreu a diferentes estratégias de coleta de dados para analisar a realidade dos adolescentes do projeto, bem como as suas implicações na vida particular desses indivíduos e na sua formação. Os resultados indicam avanços em diferentes dimensões da vida pessoal, profissional e cidadã dos pesquisados, ainda que perdurem decisivos desafios quanto a um efetivo avanço em direção à uma formação para o trabalho e para a cidadania socioambiental mais consistentes.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Cidadania; Reciclagem; Juventude; Educação para o Trabalho.

Abstract

This paper analyzes the professional and citizen education in the environmental field through handmaded paper from recycling materials in the city of Belo Horizonte, Minas Gerais, involving young

people in situation of social risk. It is discussed in the theoretical framework the citizenship and your relationship with the environmental problem in the contemporary societies, as well as the professional formation through projects of recycled materials. It is a qualitative research based in different strategies to collect data and to analyze the adolescents' reality, as well to discuss its implications in the personal and social life of this individuals. The results indicate progresses in different dimensions of the personal life, professional and citizen of those researched, although decisive challenges are find about the effective progress in direction to a education to the work and to the citizenship more social and environmental advanced.

Keywords: Environmental Education; Citizenship; Recycling; Youth; Work Education.

Introdução

A preocupação com a formação da juventude tem chamado a atenção das lideranças em todo o mundo. Há uma constatação da necessidade de participação dos jovens em diferentes circunstâncias que envolvem resoluções políticas e sociais. A conscientização e o envolvimento do jovem como cidadão, protagonista de sua realidade, representa a oportunidade de apreciação da democracia e da responsabilidade individual e coletiva. Entretanto, para desenvolver essa capacidade, é preciso dar suporte, preparando o jovem para exercer o discernimento sobre os processos da cidadania e a vida na sociedade.

É nesse cenário que se insere o projeto social de produção de papel artesanal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, analisado neste artigo, que promove atividades de treinamento e profissionalização de adolescentes, por meio do desenvolvimento de produtos gráficos ecologicoculturais, definidos como *ecodesign* – ou *design* para a sustentabilidade. A proposta do projeto social defende o conceito da formação de uma sociedade mais justa e pautada na solidariedade.

O projeto em questão proporciona o apoio técnico e gerencial às organizações de catadores de materiais recicláveis, com ações de fomento à cadeia da reciclagem, fortalecendo as relações do trabalho das redes de economia solidária. Inaugurado em novembro de 2004, o projeto tem como parceiro principal a Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU) e tem o propósito de ampliar as ações da coleta seletiva, minimizar o envio de resíduos ao aterro sanitário, diminuindo os impactos ambientais decorrentes da geração de resíduos e propiciar benefícios sociais para uma parcela da população economicamente carente, organizada em cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Objetiva, também, a promoção do desenvolvimento socioambiental, em um espaço interdisciplinar e sistêmico, para a criação de oportunidades de formação profissional através de técnicas integradas da reciclagem de papel e suas aplicações.

Entende-se que esse tipo de proposta educacional, voltada à profissionalização, bem como a formação cidadã para o exercício de valores ambientalmente corretos, apresenta importantes elementos para a compreensão dos desafios da educação voltada para a juventude. Dessa maneira, o presente trabalho buscou realizar o estudo do desenvolvimento da cidadania por meio da reciclagem de resíduos sólidos, sob o contexto da formação de adolescentes no projeto social de produção de papel artesanal, sem deixar de considerar, entretanto, todas as nuances do projeto, bem como todo o arcabouço teórico com o qual ele mantém intercâmbio de informações.

Formação cidadã dentro da perspectiva ambiental

Foi presenciada na última década do século XX, em todo o mundo, uma multiplicação de estudos sobre o tema da cidadania, em busca de um enriquecimento conceitual da noção do ser cidadão (VIEIRA, 2001). Portanto é relevante apresentar algumas formas dessa abordagem pelos estudiosos desse campo do conhecimento.

Marshall, em 1949, fala sobre o conceito de cidadania enquanto direitos e ter direitos, sendo essa a primeira teoria sociológica de cidadania. Ele a segmentou em tipologias, considerando-as civis, políticas e sociais. Em 1964, Bendix enfocou a ampliação do conceito levando até as classes trabalhadoras e Turner,

em 1986, para a consideração dos movimentos sociais (MARSHALL, 1949 *apud* VIEIRA, 2001; BENDIX, 1964 *apud* VIEIRA, 2001 e TURNER 1996 *apud* VIEIRA, 2001).

Para a construção de um conceito sobre o tema é importante ressaltar que cidadania não foi a idéia central nas ciências sociais. Entretanto é necessário conceituá-la para melhor trabalhá-la: “Cidadania é a pertença passiva e ativa de indivíduos em um Estado-nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade (JANOSKI 1998 *apud* VIEIRA, 2001, p.34).”

Santos (2002) destaca que, no Brasil, o crescimento econômico, baseado na racionalidade econômica, sustentou o modelo político e cívico dominado pelo modelo econômico. O conceito de cidadania desenvolvido, portanto, seria distante da consciência de pertencimento em relação à coletividade. Em lugar do cidadão formou-se o consumidor, dentro de um modelo de cidadania desigual.

O reforço aos contornos da democracia direta, o incentivo à participação cidadã na definição das políticas estatais e a possibilidade de deliberação pública compõem os marcos da noção de democracia participativa, bem como a sustentação de um sistema institucional relativamente aberto para permitir a experimentação. Dessa maneira, a participação indicaria o fortalecimento e a democratização da sociedade e do Estado, assim como a redefinição das relações entre ambos. Pontual e Silva (1999) mencionam a necessidade de obter um progresso no entendimento do papel do cidadão na co-gestão local, sendo os canais institucionalizados de participação espaços de discussão e debate de políticas públicas e explicitação de conflitos e interesses. Essa dimensão da negociação dentro desses espaços e seus desenhos deliberativos também é discutida por Avritzer e Pereira (2002).

As noções de cidadania e de participação popular são apontadas como primordiais para a minimização das desigualdades sociais e condução de um desenvolvimento que aspire ser sustentável (ACSELRAD, 2001; CASTRO, 2006; GUIVANT, 2002; JACOBI, 1999), sem deixar de sopesar os dilemas para a sua edificação no tecido social brasileiro. Na visão de Castro (2006), as disparidades sociais e a destruição ambiental são os motivos da diminuição da qualidade de vida do exercício da cidadania.

A questão ambiental originou uma nova agenda de direitos para a sociedade, incluindo o direito a um meio ambiente equilibrado como componente da cidadania, como direito difuso e coletivo. A propagação da questão ambiental e o papel dos movimentos ambientalistas e das organizações da sociedade civil na luta pelos direitos ambientais, a partir da década de 70, contribuíram para a construção de uma cidadania ambiental no Brasil que, para Silva-Sánchez (2000, p. 13), significa “uma cidadania referida a direitos coletivos, fundamentada em valores maximalistas e globalizantes, que traz, em última instância, a virtualidade do novo”.

O movimento ambientalista brasileiro pode ser entendido como parte de um processo mais amplo de democratização e constituição de uma sociedade civil no Brasil. A partir desse momento as práticas políticas começam a integrar reivindicações coletivas, em detrimento exclusivamente de direitos individuais (SILVA-SÁNCHEZ, 2000). Apesar do avanço, a conquista da cidadania ambiental, de maneira alguma, finda a arena de conflitos da temática ambiental. Pelo contrário, a prática está em permanente construção, transformando os poderes instituídos num processo corrente de estabelecimento de novos direitos. Como implicação desse processo, nota-se um potencial de transformação da sociedade, da socialização cultural e política, da ordem estabelecida e do sistema de desenvolvimento hegemônico, pois propõe alterações na estrutura de produção e consumo. Assim, a luta ambiental registra, para Silva-Sánchez (2000, p. 62), “um processo de ‘resignificação’ do mundo atual, propõe uma nova ética de comportamento humano e uma recuperação dos interesses coletivos, revelando seu potencial transformador e seu caráter essencialmente democrático”.

Com efeito, a formação de uma cidadania ambiental no Brasil compõe um processo mais vasto de reconstrução da sociedade, a partir da manifestação de setores organizados, com capacidade de intervir e participar das decisões políticas. Nesse sentido, o próprio reconhecimento da crise ambiental atual demonstra como o meio ambiente é percebido. Nos últimos anos, essa questão ganhou centralidade nos debates sociais, demonstrando a dimensão do meio ambiente como

construção social, que também contempla as representações sociais sobre os dilemas ambientais e os interesses envolvidos (NAVES, 2004).

De acordo com Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), vem ocorrendo uma certa propagação da crença de que esses conflitos que cercam a questão ambiental poderiam ser resolvidos por meio da gestão do diálogo entre os atores para atingir o consenso. Dessa forma, a variável ambiental teria sido incorporada ao discurso dos desenvolvimentistas. Os autores destacam que, nessa lógica, ocorreria o 'paradigma da adequação' no qual a superação da crise socioambiental dar-se-ia baseada na modernização ambiental e nas soluções tecnológicas, sem a mudança do sistema de produção capitalista. Os autores apresentam, como resposta, a perspectiva que enxerga a questão ambiental de forma dialética com a cultura: a maneira como os sujeitos interagem com o meio ambiente influencia o jeito de compreendê-lo. (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005).

Castoriadis (1981, p. 130) confirma a perspectiva acima, afirmando que a crise ambiental é também uma crise de "postulados e das significações imaginárias correspondentes". A atuação frente ao sistema conduzida pelos sujeitos é simbólica e permeada por valores, que direcionam os sentidos e a compreensão coletiva sobre o meio ambiente, exigindo uma redefinição das formas de se pensar a realidade. Para Fisher (2002), a gestão do desenvolvimento social é a gestão de redes de relações sociais, que se modificam e desenvolvem a partir da capacidade de interação e por toda a subjetividade característica das relações humanas. Para a autora, é um momento do retorno do ator. Villasante (1996) também partilha dessa visão, afirmando que para se chegar ao conjunto de ação de um movimento social emancipador, um conjunto de ações para a cidadania, é preciso privilegiar as relações horizontais e construir uma rede de relações com linguagens e conteúdos locais.

Para Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), o empenho em envolver os atores locais em programas de caráter desenvolvimentista, e, mais atualmente, de cunho socioambiental, relaciona-se às tentativas de considerar uma das perspectivas do desenvolvimento sustentável, como afirma Barbieri (1997, p. 128 *apud* ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005, p. 66) "um dos pré-requisitos fundamentais para se alcançar um desenvolvimento sustentável é a ampla participação pública nos processos de tomada de decisão".

Nesse cenário, a entrada do meio ambiente no campo da política, para Carvalho (2006), ampliaria a esfera pública e formaria cidadãos ecológicos, que seriam antes sujeitos políticos em defesa de uma sociedade emancipada e sustentável. Como afirma Oliveira (2005), cada vez mais o campo ambiental vem sendo instituído na esfera pública como bem comum, alcançando posição de destaque no debate sobre as condições das gerações futuras, fazendo com que haja permanentes negociações entre as esferas pública e privada, o que permite aos cidadãos a oportunidade de adquirir experiência política para a atuação social, com o objetivo de promover o desenvolvimento local.

Vieira e Bredariol (2006) ressaltam que a questão da prática da cidadania depende de uma reativação da esfera pública, onde os indivíduos podem e devem agir coletivamente, empenhando deliberações comuns sobre os assuntos que os afetam, também afetam a comunidade política. Passerin d'Entrèves, em 1992 remete que:

(...) a prática cidadã é essencial para a constituição da identidade política é baseada em valores de solidariedade, autonomia e do reconhecimento da diferença. Cidadania participativa é também essencial para obtenção da ação política efetiva, desde que ela habite cada indivíduo para ter algum impacto nas decisões que afetam o bem-estar da comunidade. (PASSERIN D'ENTRÈVES, 1992 *apud* VIEIRA E BREDARIOL, 2006, p. 29).

Outra ideia que caminha lado a lado com o conceito de cidadania é a questão da sociedade civil, uma vez que ela é composta de cidadãos. Assim como cidadania não foi o centro das ideias das ciências sociais, a sociedade civil confirmou a mesma trajetória. Para correlacioná-los, é preciso apresentar o conceito de sociedade civil, que segundo Janoski (1998 *apud* Vieira, 2001, p.36), "representa uma esfera de discurso político dinâmico e participativo entre o Estado, a esfera pública composta de organizações voluntárias, e a esfera do mercado referente a empresas privadas e sindicatos".

Vieira (2001) ressalta que mesmo que ambas possuam noções diferentes, ao passo que cidadania é reforçada pelo Estado e que a "sociedade civil abrange grupos em harmonia ou conflito, mas ambas são

empiricamente contingentes” (VIEIRA, 2001, p.37), uma caminha para que a outra exista e vice-versa. Vieira e Bredariol (2006) discutem remetendo à ideia anterior de que a nova cidadania “não deseja ser apenas uma forma de integração social indispensável para a manutenção do capitalismo, ela deseja a constituição de sujeitos sociais ativos que definam quais são os seus direitos” (VIEIRA e BREDARIOL, 2006, p. 29).

Essa nova cidadania que é remetida exige uma nova sociedade com maior igualdade nas relações sociais, novas regras de convivência social e um novo sentido de responsabilidade pública. Apresenta-se assim, como um agente transformador da sociedade, uma vez que a participação desta na definição desse sistema acarretará a invenção de uma nova sociedade, que lutará por uma maior abertura de espaço na gestão de políticas públicas e por novas relações entre Estado e sociedade (VIEIRA e BREDARIOL, 2006).

Dentro da sociedade civil, encontram-se as associações civis que tendem a absorver as iniciativas sociais, muitas vezes as mais difusas possíveis. Elas buscam travar as discussões que caminham do espaço público para o político. Nesse arcabouço há também os movimentos sociais que junto com as associações ampliam esse cenário de público para político, que fazem com que o espaço político absorva novos temas na agenda política e com isso a construção desse espaço passa a ver e precisar desse papel fundamental da discussão. Vieira (2001) caracteriza a ação dessas associações da sociedade civil como uma posição sociocêntrica:

Sustentando que o papel do Estado deve ser redefinido em função da dinâmica dos atores da sociedade civil presentes na esfera pública, a partir de uma perspectiva societária: o que importa é garantir o interesse público e não o fato de a propriedade ser estatal, privada ou mesmo pública não-estatal, devendo a nova relação Estado-sociedade abrir caminho para o aprofundamento da democratização, não só política, mas também social e econômica (VIEIRA, 2001, p. 83 e 84).

Há uma transformação das instituições estatais, como hospitais e universidades, em instituições paraestatais, impropriamente denominadas instituições da sociedade civil, constitui assim em uma “nova tentativa de fusão entre Estado e sociedade civil” (AVRITZER, 1996, p.165). Vieira (2001) afirma que além de realizar o controle social e lutar pelos direitos da cidadania e da democratização, a sociedade pode arcar também com a responsabilidade econômica de sustentar programas e serviços sociais.

Com essa função dada é necessário que as organizações da sociedade civil se empoderem de sua real responsabilidade e possam agir de forma a exercer suas atividades fins. Pode-se citar que, desde a década de 60, as organizações não-governamentais começaram a atuar nessa esfera pública e conseguiram acompanhar, implantar projetos de desenvolvimento na reconstrução europeia e atuar em níveis nacional e local. A expansão das ONG's passa a ser crescente, com atuação em áreas ambientalistas, desenvolvimento, mulheres, direitos humanos, assistência humanitária desarmamento e organizações religiosas. Cabe lembrar também que há um papel importante executado pelas ONG's em trabalhos educacionais (VIEIRA, 2001).

No cenário contemporâneo, as alterações ambientais globais são provocadas por padrões de consumo insustentáveis, impostos por modelos de desenvolvimento distantes da capacidade de suporte de nosso planeta. Diante desse dilema, a educação ambiental passa a ter um papel importante para que o indivíduo seja mais consciente e perceba que seu futuro depende do tanto quanto cada um se envolver para preservá-lo ou, até mesmo, para recuperar parte dos recursos naturais que hoje se encontram degradados (AVELAR, 2005).

Um grupo em potencial para desenvolver e absorver essa educação ambiental é o jovem, sendo assim, Carvalho (2006) entende como um campo bastante promissor para a atuação dos jovens na esfera pública, tanto na política como na vida profissional, devido ao aparecimento de novas áreas de profissionalização ambiental, que representam novos espaços de inserção para o jovem brasileiro diante do esgotamento das carreiras tradicionais. Para alguns autores, a juventude atual estaria distante do comportamento ambientalmente correto; para outros, os jovens são o motor de mudanças necessárias (GIDDENS, 1997).

A partir dessa relação entre cidadania, sociedade civil e educação ambiental, surge uma questão importante. Em uma breve análise literária a respeito da interface entre a educação ambiental, esbarra-se na questão do lixo, onde se observa uma predominância da discussão a respeito dos aspectos técnicos, psicológicos e comportamentais da gestão do lixo, em detrimento de seus aspectos políticos. A discussão conduzida pela educação ambiental está consideravelmente deslocada do eixo da formação da cidadania enquanto atuação coletiva na esfera pública. A questão do lixo, nas suas variadas facetas, ainda não se tornou objeto de demanda social específica pela criação de políticas públicas, a exemplo das lutas socioambientais já consolidadas em alguns movimentos sociais (LAYRARGUES, 2002). Sendo assim:

A questão do lixo vem sendo apontada pelos ambientalistas como um dos mais graves problemas ambientais urbanos da atualidade, a ponto de ter-se tornado objeto de proposições técnicas para seu enfrentamento e alvo privilegiado de programas de educação ambiental na escola brasileira. A compreensão da necessidade do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos propiciou a formulação da chamada Política ou Pedagogia dos 3R's, que inspira técnica e pedagogicamente os meios de enfrentamento da questão do lixo (LAYRARGUES, 2002, p.1).

Os programas de educação ambiental na escola são implementados de modo reducionista, já que, em função da reciclagem, desenvolvem apenas a coleta seletiva de lixo. Eles acabam deixando de lado uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo. Há pouco esforço dedicado à análise do significado ideológico da reciclagem e suas implicações para a educação ambiental reducionista, mais preocupada com a promoção de uma mudança comportamental sobre a técnica da disposição domiciliar do lixo (coleta convencional x coleta seletiva) do que com a reflexão sobre a mudança dos valores culturais que sustentam o estilo de produção e consumo da sociedade moderna. (LAYRARGUES, 2002).

Borges e Teodósio (2006, p.7) ponderam sobre a questão da atuação social: “a intervenção em comunidades marcadas pela dificuldade de acesso aos direitos sociais é marcada pelo desafio de fortalecer seus diversos atores sociais, consolidando e ajudando a construir seus próprios projetos de vida e de grupo social”. Sendo assim a análise do contexto do projeto social de produção de papel artesanal consegue estabelecer uma interface com toda a situação apresentada literariamente, onde há o cruzamento entre cidadania, sociedade civil e educação ambiental sem a hipocrisia do discurso e com a prática da ação do jovem que é ator da mudança e transformação no cenário da política pública.

Procedimentos Metodológicos

De acordo com o referencial teórico levantado para dar suporte à discussão deste estudo de caso, percebeu-se a necessidade do uso de diferentes formas de coletar os dados, fundamentando-se, nesse caso, em uma abordagem qualitativa. Para identificar as questões relevantes e com isso verificar a efetividade da formação cidadã por meio da reciclagem de resíduos sólidos no projeto social, delimitou-se uma estratégia diferenciada para cada grupo de indivíduos pesquisados. Todas as entrevistas foram realizadas no próprio espaço do projeto, no mês de dezembro, que caracteriza o término das atividades anuais e a formatura dos alunos que passaram pelo projeto social de produção de papel artesanal em 2008.

A primeira parte consistiu na coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, com roteiro de perguntas abertas, que foi realizada com a gestora do projeto e com a psicopedagoga que acompanha os aprendizes. Os roteiros foram planejados de acordo com a especificidade do trabalho de cada entrevistada.

Foi realizado também um grupo focal com os seis monitores das atividades de produção e acabamento. Essas pessoas são os profissionais que trabalham em contato direto com os aprendizes do projeto. O objetivo desse grupo focal foi levantar questões fundamentais para a formação cidadã dos aprendizes e detectar possíveis vulnerabilidades ou potencialidades no processo de aprendizagem.

Outro grupo pesquisado foram os quatorze aprendizes do projeto. Foram abordados temas ligados à cidadania, educação e a situação de reciclagem, além de questões do dia-a-dia do cenário em que os

jovens estão inseridos. A efetividade das ações do projeto também foi um ponto estudado. Os dados foram coletados por meio de questionário semiestruturado.

Como limitador na coleta de dados do grupo dos jovens, cabe ressaltar o reduzido número de alunos, quando correlacionado ao método de coleta de dados adotado. Entretanto tomou-se a decisão por esse estilo de pesquisa, apesar de considerar-se que esta não seria a melhor ferramenta, para atingir o cumprimento do prazo para a coleta de dados e a disponibilidade de intervenção no campo. A intenção era obter dados que não prejudicassem a pesquisa e que, ao mesmo tempo, não impedissem o andamento das atividades do Projeto. Essa ponderação da escolha do método de coleta deve-se também à impossibilidade de discussão em grupo, visto que os alunos são provenientes de situação de vulnerabilidade social, o que poderia expor algum fato particular e inibir a exposição aberta de opiniões. Essa limitação foi controlada pela análise documental dos relatórios de atividades da psicopedagoga, que são completos e aprofundados, com diagnósticos individuais e coletivos do grupo de adolescentes. Esses materiais permitiram uma análise mais detalhada e qualitativa desse grupo de entrevistados.

Como uma das pesquisadoras trabalha no projeto, objeto do estudo, a pesquisa também usou a observação participante como método de análise dos processos internos de trabalho, da progressão de aprendizado e da estrutura oferecida aos adolescentes participantes do projeto. Durante todo o estudo, foi preocupação permanente manter o distanciamento necessário para que as análises fossem construídas de forma imparcial.

A partir dos dados coletados, foi realizada uma análise descritiva, cruzando os dados encontrados com as referências teóricas estudadas. O curto espaço de tempo para a pesquisa e à dificuldade de mapeamento de toda a cadeia que compõe o projeto social (envolvimento dos catadores de papel, poder público, entidades parceiras, dentre outras) o estudo direcionou sua metodologia para os processos internos do projeto objetivando verificar a formação cidadã dos envolvidos. Outros trabalhos posteriores poderão contribuir para o aprofundamento das questões, abordando a correlação das variáveis com aspectos externos, tais como a relação do impacto do projeto para o desenvolvimento de políticas públicas municipais ou para desenvolver bases de articulação intersetorial para atingir resultados mais eficazes na formação cidadã.

Educação e Cidadania na Formação para a Reciclagem

Para efeito de compreensão do resultado das pesquisas, optou-se por reunir, em uma única análise, as entrevistas com a gestora, a psicopedagoga e os monitores do projeto, denominados neste estudo por 'coordenadores', em razão de os discursos desses três grupos de entrevistados terem sido muito próximos, na maior parte das questões. Nos momentos em que as falas divergiram, foram apresentadas as diferenças de posicionamento.

O outro grupo de análise foi a pesquisa quantitativa com os alunos do projeto, sendo os dados obtidos pela totalidade de respostas dos questionários.

Com relação à visão geral sobre o meio ambiente, os coordenadores definiram que educação ambiental são todas as práticas que levam as pessoas a se motivarem em prol de uma mudança de comportamento positiva. Todos eles concordam que é preciso haver uma mudança de comportamento na sociedade: "as pessoas sabem o que fazer, resta a elas terem a força de vontade de mudar, é difícil mudar. Enquanto não dói, as pessoas não mudam. Tem que atuar preventivamente. Atuar em relação à causa é uma coisa mais difícil" (informação de entrevista). Para gerar a mudança na sociedade, os entrevistados afirmam que é preciso que existam mais estudos acadêmicos sobre as questões ambientais, maior divulgação do tema na mídia, mudança do sistema educacional e um "tratamento de choque", isso é, seria necessário acontecer algo de ruim na casa ou na vida dos indivíduos, como falta de água, por exemplo, para que as pessoas transformassem suas ações.

A partir dessas colocações é possível afirmar que há uma visão agressiva em torno da mudança de comportamento sobre as questões ambientais. Os coordenadores têm um posicionamento bastante radical quanto à mudança de comportamento social. Como é uma instituição que trabalha com educação ambiental, é interessante observar que o ensino extra-escolar não foi colocado como um

ponto que facilita a mudança de comportamento. Esse argumento pode ser evidenciado quando os coordenadores alegaram que dão mais crédito hoje às crianças do que aos jovens, para melhoria do meio ambiente. Se o projeto social de produção de papel artesanal trabalha com adolescentes de 17 anos, os coordenadores deveriam acreditar mais no poder de mudança do jovem, em vez de depositar sua crença nas atitudes das crianças. O papel desses profissionais é formar agentes de mudança, jovens com comportamentos e ações ambientalmente responsáveis, pelo menos é essa a ideia que o projeto se propõe a desempenhar.

Foi destacado que para que uma efetiva mudança aconteça, é necessário articular as diversas instâncias da sociedade, em um formato de rede, de intersectorialidade. Os monitores, em especial, destacaram o papel do governo na promoção de iniciativas, esquivando-se parcialmente da responsabilidade que é de toda a sociedade.

Quanto aos alunos, apenas 42% responderam que os problemas ambientais são responsabilidade de todos. Além disso, destacam que são atuantes (71%) ou muito atuantes (14%) em relação ao meio ambiente. Apesar de 85%, ser uma soma quantitativamente significativa, não é um número que impressiona considerando que o projeto em que os alunos participam é voltado para a educação ambiental e, portanto, eles deveriam ser altamente responsáveis com o meio-ambiente que os cerca. Os respondentes ainda afirmam que amigos e irmãos são pouco atuantes (71%) e vizinhos não são atuantes (43%). Esses números demonstram que os alunos do projeto não possuem um perfil de agentes de transformação, visto que o nível de atuação em relação ao meio ambiente das pessoas que os cercam é baixo. É claro que não é responsabilidade única desses alunos promoverem uma mudança completa em seu ambiente de convívio, mas o resultado da pesquisa demonstrou que o possível aprendizado adquirido hoje não tem refletido em promoção de uma mobilização socioambiental e cultural. Um dado que comprova essa perspectiva é que a simples separação do lixo não é praticada de forma efetiva pelos alunos: em casa, a separação dos resíduos é praticada poucas vezes (64%); na escola 65% poucas vezes ou nunca e, no projeto social, 86% na maior parte das vezes ou sempre, sendo que nas dependências do projeto, em todos os setores, existem lixeiras de coleta seletiva do lixo. Ou seja, a efetividade de uma simples coleta seletiva não consegue ser construída tão facilmente e nem tampouco absorvida pelos jovens, colocando o questionamento de que há equívocos nessa formação.

Com relação à visão sobre o projeto social de produção de papel artesanal, os coordenadores afirmam que o projeto atua em todas as pontas da cadeia para geração de trabalho e renda: há educação para gerar a mudança; as empresas são parceiras e envolvidas porque são responsáveis por aquilo que geram; a sociedade é co-responsável, e os catadores de materiais recicláveis têm no projeto uma ponte entre as empresas recicladoras e as cooperativas. Ressaltam que o diferencial do projeto pedagógico é a formação integral, além do respeito ao saber dos alunos. A formação integral está relacionada à visão humana e holística promovida por meio de atividades de treinamento e profissionalização dos adolescentes na arte de fazer papel reciclado artesanal e produtos eco-sustentáveis, na educação ambiental e sociocultural. O projeto se propõe, dessa maneira, a resgatar a dignidade, auto-estima e a cidadania de uma parcela da população em vulnerabilidade social, com poucas chances de inclusão no mercado formal de trabalho.

Pela pesquisa pode-se perceber que o projeto social promove nos alunos a descoberta do sentimento de ser respeitado, o florescimento do direito de ser e de estar no mundo, a consciência de direitos e deveres, a responsabilidade e comprometimento, a possibilidade da conquista do sonho pessoal e a formação de agentes multiplicadores. Pela transformação pessoal verificada nos alunos desde sua entrada no projeto até sua formatura, pode-se afirmar que o projeto tem o mérito de formar novos indivíduos, mais responsáveis, organizados e com objetivos de vida, mudança essa que alcança inclusive sua família, gerando maior aproximação e compreensão mútua. Essa situação muitas vezes confronta-se com a indagação feita acima, em relação ao equívoco da separação de resíduos para a coleta seletiva.

Outro ponto destacado e que os coordenadores percebem, entretanto que, apesar de ser trabalhado, o empreendedorismo não se confirma como atitude. Os alunos ficam muitas vezes condicionados à tarefa do empreendedorismo, uma vez que há atividades programadas em que eles devem trabalhar essa questão, entretanto há um bloqueio com o que foi demandado realizar.

Para os alunos, as principais contribuições do projeto são o aumento da consciência ambiental (35%) e melhores expectativas para o futuro (30%). Esse dado é relevante, pois como afirma Oliveira (2005, p. 388), a questão ecológica é um “campo bastante promissor para a atuação dos jovens (...) devido ao aparecimento de novas áreas de profissionalização ambiental, que representam novos espaços de inserção para o jovem brasileiro diante do esgotamento das carreiras tradicionais”.

Em relação aos coordenadores, o quadro abaixo resume as características que o projeto social promove junto aos adolescentes:

Quadro 1 – Formação dos adolescentes segundo os executores do projeto

Gestora	Psicopedagoga	Monitores
1. Relacionamento em grupo e a colaboração	1. Consciência ambiental	1. Responsabilidade, visão de futuro, gostar da escola
2. Visão sistêmica (cultural, ambiental, profissional)	2. Autoestima	2. Autoestima recuperada
3. Disciplina, respeito	3. Empreendedorismo e a cidadania (busca do sonho)	3. Mais conscientes como cidadãos

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados em campo, 2009.

Destaca-se, porém, a questão da formação cidadã, que deve ser analisada com atenção. No quadro acima, pode-se observar que a resposta ‘cidadania’ foi citada apenas em terceiro nível, pela psicopedagoga e pelos monitores. Em outro momento da entrevista, ao serem perguntados sobre a relação do projeto social com a cidadania, os três grupos de entrevistas – monitores, gestora e psicopedagoga – tiveram dificuldade em fazer uma correlação direta, destacando a questão da formação integral como uma explicação para a formação cidadã. Além disso, justificaram que o conceito de cidadania é saber que todo indivíduo tem direitos e deveres, em uma visão reducionista e nacionalista do termo. Como afirma Velloso (2005), a cidadania não deve se restringir a igualdade de direitos e deveres, mas deve abordar a diversidade da subjetividade, considerando as diferenças entre raças, gênero, culturas e indivíduo. Ainda de acordo com a autora, o processo de criação dos indivíduos está relacionado ao seu desenvolvimento emocional, à sua sensibilidade e à cultura. Todos os indivíduos possuem potencial criativo, mas sua atualização depende de um ambiente facilitador. “Viver criativamente constitui um estado saudável e o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida”. (VELLOSO, 2005, p. 53).

Portanto o projeto social de produção de papel artesanal, apesar de ter o objetivo de desenvolver a cidadania nos alunos participantes, apresenta dificuldades para cumprir o desafio, apoiando-se em uma educação impositiva, com atividades pedagógicas que não desenvolvem práticas inovadoras e participativas. Esse dado pode ser confirmado pelos alunos. Quando perguntados sobre seu acesso à cidadania, metade dos alunos o considera reduzido. Destaca-se que essa pesquisa foi realizada no mês de dezembro, dias antes da formatura dos alunos, término do curso e de sua passagem pelo projeto.

Um ponto que merece ênfase é a forma de seleção dos adolescentes participantes, a cada ano, que é feita por encaminhamento dos próprios parceiros, como a Associação Profissionalizante do Menor

(ASSPROM), responsável pela manutenção individual dos adolescentes, como o lanche e vale-transporte, e a Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU), que custeia as despesas do espaço no qual o projeto está instalado, no centro da capital. A partir do encaminhamento é realizada uma apresentação do projeto aos pais e adolescentes e são marcadas entrevistas individuais para o processo seletivo, realizadas pela psicopedagoga do projeto e um responsável da empresa parceira. Os adolescentes precisam estar pelo menos na sétima série do Ensino Fundamental, devem pertencer a uma família estruturada com pai e mãe no lar onde vivem. Assim, pode-se perceber que há uma espécie de seleção de alunos-ótimos, possivelmente buscando conquistar resultados potencialmente eficazes.

Em relação à visão de futuro do projeto, os coordenadores têm uma opinião otimista, mas, ao mesmo tempo, estão inseguros. Esse posicionamento deve-se ao fato de que está sendo estudada a formação de uma cooperativa, ou uma associação, dentro do projeto social. Esse novo formato de atuação possibilitará uma maior autonomia e retorno financeiro para os profissionais, o que é positivo, mas, por outro lado, está gerando uma sensação de receio, insegurança, pois ninguém sabe o que vai acontecer, se vai dar certo ou como se configurará. Todos acreditam em boas mudanças, pois é preciso garantir a sustentação do projeto, que depende de parcerias e patrocínios para sobreviver. A busca de parcerias ainda é uma forma imprescindível para o andamento das atividades e a geração da sustentabilidade como um empreendimento social comunitário é um grande objetivo.

A análise dos resultados indica que há um cenário cercado de desafios e que o processo de amadurecimento e transformação é árduo e demorado. Um ponto de evidência é a necessidade de um crescimento que promova visibilidade, o aumento do número de adolescentes atendidos, a formação continuada dos monitores e que o projeto social de produção de papel artesanal realmente possa se constituir em um espaço múltiplo, integrado e estruturado de capacitação profissional, desenvolvimento de tecnologias limpas e mobilização socioambiental e cultural.

Considerações Finais

O projeto social de produção de papel artesanal ainda não possui dados registrados de pesquisa ou outra fonte que comprove cientificamente os resultados alcançados. Os retornos espontâneos dos familiares, os elogios dos empregadores (os alunos são monitorados pelo período de um ano após o término do curso) e a própria mudança de postura verificada nos adolescentes ao final do projeto são os únicos indicadores de que o projeto tem um impacto positivo na vida dos alunos. Os próprios adolescentes, em uma das perguntas do questionário, afirmam que o impacto do projeto em suas vidas é positivo (50%) e muito positivo (50%).

A metodologia da formação integral é um caminho interessante, mas algumas revisões precisam ser feitas quanto à efetiva formação de cidadãos no projeto. A própria reciclagem, atividade-fim do projeto, não abrange uma concepção de formação integral. Como afirma Layrargues (2002, p. 1), os programas de educação ambiental são reducionistas já que “em função da reciclagem, desenvolvem apenas a Coleta Seletiva de Lixo, em detrimento de uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, (...) e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo”.

Mesmo com todos esses fatores dificultadores e limitadores, percebe-se que o projeto apresenta perspectivas interessantes. Estas são ressaltadas, não só pelos resultados apresentados até o momento, mas também pela sua estrutura física e a capacidade instalada, os parceiros envolvidos, a integração e união dos profissionais responsáveis pela execução do projeto e a crescente importância dada ao tema ambiental na sociedade contemporânea.

Acredita-se que esta pesquisa contribuiu com a identificação de atributos favoráveis e de vulnerabilidade do projeto social. Nesse sentido, pesquisas futuras desenvolvidas com equipes multidisciplinares que façam a análise de novas variáveis e outros contextos de educação profissional no campo ambiental podem avançar na compreensão da formação cidadã e da mobilização socioambiental em projetos destinados à juventude.

Referências

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. *O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.

AVELAR, Enilda de Paula. *A Educação Ambiental como instrumento de consolidação de uma sociedade sustentável*. Disponível em: <<http://www.acsistemas.com.br/PDF/A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental%20como%20instrumento.PDF>>. Acesso em 20 nov 2008.

AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. *Democracia, participação e instituições híbridas*. Belo Horizonte: DCP/NUPASS, 2002.

BORGES, C. A. M.; TEODÓSIO, A. S. S. *Redes Sociais, Participação e Racionalidade: um estudo de caso sobre suas tramas nas ONGs*. In: 4o. Encontro de Estudos Organizacionais (Eneo), 2006, Porto Alegre. Anais do 4o. Encontro de Estudos Organizacionais (Eneo). Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD). p. 1-13.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *As transformações na esfera pública e a ação ecológica: educação e política em tempos de crise da modernidade*. Rev. Bras. Educ., maio/ago. 2006, vol.11, no.32, p.308-315. ISSN 1413-2478.

CASTORIADIS, C. Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade. In: *Revolução e autonomia: um perfil de Cornelius Castoriadis*. Belo Horizonte: COPEC, 1981. p. 117-147.

CASTRO, Rocio (Org.). *Participação cidadã no meio rural: análise dos conselhos municipais no âmbito do Projeto Prorenda/DLS Bahia*. Salvador: GTZ, CIAGS/UFBA, 2006.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A. et. al. *Modernização reflexiva: política, tradução e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

GUIVANT, J. S. Sustentabilidade e Métodos Participativos: os Riscos dos Pressupostos Realistas. *Anais do Congresso Mundial da International Sociological Association*. Brisbane, Austrália, julho de 2002.

JACOBI, Pedro. Meio Ambiente e Sustentabilidade. P.175-183. In: *O município no século XXI: cenários e perspectivas*. São Paulo, 1999. 400p. Edição comemorativa dos 30 anos do Cepam. Disponível em <<http://www.unifap.br/editais/2006/PMDAPP/sustentabilidade%5B1%5D.pdf>>. Acesso em 13 jan 2009.

LAYRARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. LOUREIRO, F.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R.(Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002, 179-220.

NAVES, Flávia Luciana. Saberes, poderes e os dilemas das relações socioambientais. *Organizações Rurais e Agroindustriais*. Lavras, v. 6, n. 2, p.121-133, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, Régia Cristina. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. Tempo soc., Nov 2005, vol.17, no.2, p.386-392. ISSN 0103-2070.

VELLOSO, Marta Pimenta. *Os catadores de lixo e o processo de emancipação social*. Ciênc. saúde coletiva, set./dez. 2005, vol.10 supl., p.49-61. ISSN 1413-8123.

PONTUAL, Pedro; SILVA, Carla C. R. A.. Participação popular nos governos paulistas: trajetórias mecanismos e caráter. In: MAGANHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAR, Vicente. *Governo e cidadania, reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 61-71.

SANTOS, B. de S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA-SÁNCHEZ, S. S. *Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

VIEIRA, Liszt; BREDARIOL, Celso. *Cidadania e política ambiental*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 171 p.

VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 403.

VILLASANTE, T. R. Metodologia dos Conjuntos de Ação. In: FISCHER, T. (org.). *Gestão Contemporânea – Cidades Estratégicas e Organizações Locais*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 37-51.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B.. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. *A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.